

DECRETO Nº 18.069, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018.

PUBLICADO NO DOE Nº 239, DE 26/12/18.

Publica, nos termos do Convênio ICMS 190/17, relação dos atos normativos não vigentes relativos às isenções, incentivos, benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, instituídos por legislação estadual até o dia 8 de agosto de 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do art. 102 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I da cláusula segunda e na cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Os atos normativos relativos às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata o inciso I da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/17, instituídos pelas leis, decretos e legislação complementar estaduais, em desacordo com a alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal de 1988, não vigentes no dia 8 de agosto de 2017, são os relacionados no Anexo Único deste Decreto

Parágrafo único. O disposto neste artigo compreende as seguintes espécies de benefícios fiscais:

- I - isenção;
- II - redução da base de cálculo;
- III - manutenção de crédito;
- IV - devolução do imposto;
- V - crédito outorgado ou crédito presumido;
- VI - dedução de imposto apurado;

VII - dispensa do pagamento;

VIII - dilação do prazo para pagamento do imposto, inclusive o devido por substituição tributária, em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 38/88, de 11 de outubro de 1988, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

IX - antecipação do prazo para apropriação do crédito do ICMS correspondente à entrada de mercadoria ou bem e ao uso de serviço previstos nos arts. 20 e 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

X - financiamento do imposto;

XI - crédito para investimento;

XII - remissão;

XIII - anistia;

XIV - moratória;

XV - transação;

XVI - parcelamento em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 24/75, de 5 de novembro de 1975, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

XVII - outro benefício ou incentivo, sob qualquer forma, condição ou denominação, do qual resulte, direta ou indiretamente, a exoneração, dispensa, redução, eliminação, total ou parcial, do ônus do imposto devido na respectiva operação ou prestação, mesmo que o cumprimento da obrigação vincule-se à realização de operação ou prestação posterior ou, ainda, a qualquer outro evento futuro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 26 de dezembro de 2018.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO ÚNICO DO DECRETO nº 18.069/18.

ANEXO III do Despacho nº 96/18

ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017 E SUAS ALTERAÇÕES E REVOGAÇÕES ATÉ ESSA DATA.
(Convênio ICMS 190/17, cláusula segunda, inciso II do caput e § 1º)

UNIDADE FEDERADA: PIAUÍ				DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE	TERMO INICIAL	TERMO FINAL	OBSERVAÇÕES
ITEM	ATOS	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO					
1	2	4.859/1996	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 17.	27/08/1996	27/08/1996	28/06/2011	
2	4	9.958/1998	Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, incluídos nas atividades definidas como prioritárias, na forma que especifica.	Arts. 1º ao 4º.	09/09/1998	09/09/1998	28/06/2011	
3	4	9.879/1998	Regulamenta o art. 13 da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa de pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agro-industriais, estabelecidos no Estado do Piauí e altera dispositivo do Decreto nº 9.590, de 21 de outubro de 1996.	Arts. 1º ao 5º.	11/03/1998	11/03/1998	28/06/2011	
4	4	12.207/2006	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para utilização de benefícios fiscais a que se refere o Decreto nº. 9.958, de 09 de setembro de 1998, na forma que especifica.	Arts. 1º ao 3º.	16/05/2006	16/05/2006	28/06/2011	
5	4	12.733/2007	Dispõe sobre a prorrogação de prazos para fruição de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos industriais, na forma da Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências.	Arts. 1º ao 4º.	21/08/2007	21/08/2007	31/12/2010	

6	4	13.501/2008	Revoga os decretos que especifica.	Arts. 1º e 2º.	24/12/2008	01/01/2009	01/01/2009	
7	5	264/2011	Dispõe sobre a fruição do regime especial concedido aos estabelecimentos distribuidores e atacadistas de medicamentos genéricos e similares.	Arts. 1º e 2º.	31/01/2011	01/01/2011	31/12/2011	
8	5	337/2011	Dispõe sobre a aplicação de dispositivos do Decreto nº 13.500, 23 de dezembro de 2008.	Arts. 1º ao 3º.	18/03/2011	18/03/2011	30/06/2015	
9	2	6.086/2011	Revoga a lei de nº 4.859, de 27 de agosto de 1996, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, e dá outras providencias.	Arts. 1º e 2º.	29/06/2011	29/06/2011	29/06/2011	
10	5	922/2011	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de Regimes Especiais	Arts. 1º e 2º.	26/12/2011	21/12/2011	31/03/2012	
11	4	14.835/2012	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de Regimes Especiais.	Arts. 1º e 2º.	23/05/2012	30/11/2011	31/12/2011	
12	4	14.965/2012	Revoga o Decreto nº 9.951, de 03 de agosto de 1998, que dispõe sobre dispensa de cobrança do ICMS antecipado de que trata o Decreto nº 9.405, de 29 de setembro de 1995, e altera o item 14 do Anexo I ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. nº 7.560, de 13 de abril de 1989.	Arts. 1º ao 3º.	29/10/2012	29/10/2012	29/10/2012	
13	4	15.040/2012	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de	Arts. 1º e 2º.	19/12/2012	19/12/2012	15/02/2013	

			2012.					
14	5	567/2012	Cancela os regimes especiais concedidos na forma do Decreto nº 9.951, de 03 de agosto de 1998, que “dispõe sobre dispensa de cobrança do ICMS antecipado de que trata o Decreto nº 9.405, de 29 de setembro de 1995”, revogado pelo Decreto nº 14.965, de 25 de outubro de 2012.	Arts. 1º e 2º.	27/12/2012	01/11/2012	21/12/2012	
15	5	568/2012	Dispõe sobre a prorrogação do Regime Especial de Tributação Aplicável aos Estabelecimentos Distribuidores e Atacadistas de Medicamentos Genéricos e Similares.	Arts. 1º e 2º.	02/01/2013	21/12/2012	30/06/2015	
16	5	569/2012	Dispõe sobre a prorrogação do Regime Especial de Tributação Aplicável as Empresas Atacadistas para os contribuintes em situação fiscal regular.	Arts. 1º e 2º.	02/01/2013	21/12/2012	30/06/2015	
17	5	010/2014	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2013.	Arts. 1º e 2º.	22/01/2014	15/01/2014	17/02/2014	
18	4	15.516/2014	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2013.	Arts. 1º e 2º.	28/01/2014	28/01/2014	17/02/2014	
19	4	15.856/2014	Concede crédito presumido do ICMS ao estabelecimento da empresa CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A	Arts. 1º e 7º.	18/12/2014	18/12/2014	23/04/2015	

20	4	15.939/2015	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2014.	Arts. 1º e 2º.	14/01/2015	14/01/2015	19/02/2015	
21	4	15.945/2015	Altera o Decreto nº 15.856, de 18 de dezembro de 2014, que concede crédito presumido do ICMS ao estabelecimento da empresa CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A, na forma que especifica.	Arts. 1º e 2º.	27/01/2015	27/01/2015	23/04/2015	
22	5	218/2015	Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2014.	Arts. 1º e 2º.	04/03/2015	01/01/2015	31/03/2015	
23	4	16.010/2015	Revoga o Decreto nº 15.856, de 18 de dezembro de 2014, que concede crédito presumido do ICMS ao estabelecimento CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A, na forma que especifica.	Arts. 1º e 2º.	23/04/2015	23/04/2015	23/04/2015	
24	5	496/2015	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para aplicação da nova Margem de Valor Agregado – MVA para efeito de Substituição Tributária nas operações interestaduais com autopeças.	Arts. 1º e 3º.	08/07/2015	01/07/2015	31/08/2015	
25	5	497/2015	Altera a Portaria GSF nº 496, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para aplicação da nova Margem de Valor Agregado – MVA para efeito de Substituição Tributária nas operações interestaduais com autopeças.	Arts. 1º e 2º.	13/07/2015	13/07/2015	31/08/2015	

26	5	513/2015	Prorroga o prazo de recolhimento do ICMS na forma que especifica.	Arts. 1º e 2º.	29/07/2015	29/07/2015	30/07/2015	
27	5	556/2015	Prorroga o prazo de recolhimento do ICMS na forma que especifica.	Arts. 1º e 5º.	04/09/2015	01/09/2015	01/09/2015	
28	4	16.363/2015	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2015.	Arts. 1º e 2º.	23/12/2015	23/12/2015	15/02/2016	
29	5	013/2016	Determina tratamento especial de tributação aplicável às empresas exclusivamente de construção civil e a baixa da inscrição de empresas do segmento.	Arts. 1º e 3º.	25/01/2016	01/01/2016	31/01/2016	
30	5	110/2016	Altera a Portaria GSF Nº 110/2016, que dispõe sobre a alteração na sistemática de concessão de regime especial aos contribuintes que utilizam marketing direto para comercialização de seus produtos.	Arts. 1º e 2º.	08/04/2016	30/04/2016	30/04/2017	
31	5	140/2016	Altera a Portaria GSF Nº 110/2016, que dispõe sobre a alteração na sistemática de concessão de regime especial aos contribuintes que utilizam marketing direto para comercialização de seus produtos.	Arts. 1º e 2º.	16/05/2016	01/05/2016	31/05/2017	
32	4	16.656/2016	Altera os Decretos nºs 16.369, de 28 de dezembro de 2015; 16.542, de 26 de abril de 2016; e 16.543, de 26 de abril de 2016.	Arts. 1º e 6º.	27/06/2016	27/06/2016	15/09/2016	

33	5	120/2016	Dispõe sobre os prazos de vigência da substituição tributária de que trata o inciso III do art. 2º, e para levantamento de estoque de mercadoria para revenda sem o pagamento do ICMS antecipado e recolhimento do ICMS devido das mercadorias de que trata o art. 3º do Decreto nº 16.543, de 26 de abril de 2016, com redação dada pelo Decreto nº 16.656, de 27 de junho de 2016, art. 5º.	Arts. 1º e 2º.	13/07/2016	01/07/2016	16/11/2016	
34	4	16.952/2016	Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, relativo ao mês de dezembro de 2016.	Arts. 1º e 2º.	23/12/2016	23/12/2016	15/02/2017	